

POLITECNIA E ONILATERALIDADE EM MARX¹

Justino de Sousa Junior²

"...E EU PERGUNTO AOS ECONOMISTAS POLÍTICOS, AOS MORALISTAS, SE JÁ CALCULARAM O NÚMERO DE INDIVÍDUOS QUE É FORÇOSOS CONDENAR À MISÉRIA, AO TRABALHO DESPROPORCIONADO, À DESMORALIZAÇÃO, À INFÂMIA, À IGNOMÍNIA CRAPULOSA, À DESGRAÇA INVENCÍVEL, À PENÚRIA ABSOLUTA, PARA PRODUZIR UM HOMEM RICO."
(Almeida Garet)

RESUMO

O presente artigo se propõe a discussão dos conceitos de politecnia e onilateralidade tal como eles aparecem na obra de Marx. Esta breve discussão se faz com o objetivo de, uma vez mais, expor a natureza destes conceitos, seus significados específicos, além de colocar os termos da relação entre os mesmos. A discussão aqui empreendida parte da consideração de que os conceitos de politecnia e onilateralidade representam um momento importante dentro da discussão acerca do tema trabalho-educação, especialmente dentro do prisma marxista.

RÉSUMÉ

L'article propose la discussion des concepts de politechnie et homnilateralité présents dans l'ouvrage de Marx. Cette bref discussion a l'objectif encore une fois, d'exposer la nature de ces concepts, leurs signifiés spécifiques, au delà de les mettre en relation. Elle part du fait que les concepts de politechnie et homnilateralité représentent un moment important de la discussion du champ travail- éducation, notamment dans le domaine du marxisme.

¹ Este texto é um excerto da dissertação de mestrado intitulada *Sociabilidade e Educação* em Marx, orientada pelo prof. Ozir Tesser e defendida no programa de pós-graduação em Educação da UFC em 1994. Publica-se aqui com pequenas adaptações.

² Aluno do doutorado em Educação da FaE/UFMG e professor da UECE.

Neste artigo procedemos um retorno a dois pontos considerados anacrônicos: o tema da politecnia e o estudo de Marx.

De um lado a superação de Marx não é uma consideração exatamente nova, ela faz parte de um debate ideológico tão antigo quanto o próprio marxismo. Porém, com o fracasso das experiências socialistas construídas ao longo deste século, aquela proposição tornou-se quase absoluta.

Com efeito, este final de século não poupa vencidos nem vencedores e tem demonstrado abalos e rachaduras por toda parte. O capital, num vigoroso processo de aprofundamento de seu caráter mundializado, apresenta sucessivamente no México, na Ásia e na Rússia sinais de uma crise de proporções tão amplas quanto sua própria forma global. A social-democracia, por sua vez, que se apresentava como alternativa tanto ao capitalismo como ao socialismo, demonstrou que, ela mesma, era uma saída circunstancial, insustentável fora das condições que a engendraram. Teses como a de Fukuyama já não são tão facilmente assimiláveis como há alguns poucos anos atrás. Neste contexto, parece que começa a tomar fôlego um certo retorno a Marx.

Com relação ao tema da politecnia, podemos observar que realmente este não faz parte atualmente do centro dos debates dentro da área de trabalho-educação - ele, definitivamente, não está na ordem do dia. Todavia, em qualquer debate em que se busque um posicionamento crítico diante das relações de trabalho e de educação predominantes na sociedade burguesa, será inevitável a referência a politecnia.

Politecnia e onilateralidade são conceitos de grande importância dentro da problemática da educação em Marx, apesar de não esgotarem a totalidade das preocupações deste autor acerca do tema. A categoria da práxis e a construção político-pedagógica dos trabalhadores, que não se realiza apenas no ambiente do trabalho estritamente considerado, especialmente as atividades de autoformação desenvolvidas nos partidos, sindicatos e locais de moradia, representam uma dimensão fundamental dentro da compreensão marxiana de educação.³

Embora muito já tenha sido debatido sobre o assunto, e a realidade do trabalho se mostre problematizada pelas profundas mudanças ocorridas no âmbito da mesma, a tematização desses termos parece importante dentro da busca de uma nova forma de realização social.

A tentativa deste modesto estudo é de mostrar como aqueles conceitos aparecem e se articulam dentro da obra marxiana, debatendo com as interpretações que atribuem à politecnia um exagerado sentido redentor e debatendo com as interpretações que não reconhecem na onilateralidade seu caráter totalizante,

³ A esse respeito ver o artigo que publicamos em Trabalho e Educação - Revista do NETE, ago/dez de 1997, n.2, p.137-54.

enquanto formação humana superior, possível apenas em relações sociais “não-estranhadas”.

O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO

Consideramos inicialmente que a preocupação de Marx para com a educação obedece a duas ordens de interesses distintas que formam ao mesmo tempo uma unidade e convergem, no fim das contas, para um mesmo interesse geral. Marx preocupa-se com a situação mais imediata em que vivem as classes trabalhadoras e posiciona-se com vistas a discutir propostas que assegurem melhores condições de existência para as mesmas.

Nesse sentido, tenta formular para o conjunto da sociedade, propostas que representem os interesses dos trabalhadores donde aparece o Estado como interlocutor necessário das reivindicações dos trabalhadores. Tais propostas são sugeridas para arrefecerem os efeitos nocivos causados pelos processos de trabalho na produção capitalista. A outra ordem de preocupações visa ao estabelecimento de relações não-alienadas, baseadas na abolição da propriedade privada e na superação das relações capitalistas de produção.

Toda a posição de Marx frente à realidade apresenta essa dualidade: parte da realidade dada, preocupa-se com os problemas mais imediatos, procura elaborar medidas possíveis de serem estabelecidas ainda na sociedade burguesa, que sejam, ao mesmo tempo, úteis à vida mais imediata dos trabalhadores; em par disso, discute a possibilidade de um projeto alternativo de sociedade, em que são colocados elementos referentes a uma etapa superior da sociedade humana.

Do mesmo modo são as propostas para a educação. Elas nascem a partir de um objetivo fundamental, o de revolucionar as relações burguesas e construir as condições materiais que possam permitir o livre desenvolvimento do homem enquanto tal, como ser não-alienado e dotado de uma formação verdadeiramente humana, onilateral. No entanto, para isso, tais propostas devem partir da realidade concreta, a qual é marcada pela exploração brutal, (inclusive de crianças e mulheres trabalhadoras), e por processos de trabalho extremamente divididos e especializados que prejudicam sensivelmente as classes trabalhadoras física, mental e moralmente. Diante de uma situação real tão adversa, é preciso encontrar o melhor meio real e não-fictício para a formação dos trabalhadores e contribuir da maneira mais eficiente para a sua construção enquanto sujeito social potencialmente revolucionário.

A união entre trabalho e ensino é um elemento de grande importância dentro da discussão marxiana da educação, tanto no que diz respeito às suas preocupações fomentadas pela realidade mais imediata, quanto àquelas voltadas para a discussão da sociedade não-alienada. Assim sendo, quando Marx se propõe a discutir os problemas mais prementes da realidade imediata, suas proposições se obrigam a enfrentar necessariamente uma série de questões conjunturais como o estágio de

desenvolvimento do capitalismo, a correlação de forças entre as classes, o caráter mais ou menos democrático do Estado burguês, etc..

É, portanto, de fundamental importância compreender as formulações marxianas como constituídas de duas faces, uma voltada para a discussão da realidade imediata, que leva em conta as questões conjunturais, sendo então marcada por um certo caráter contingente; e uma segunda que ultrapassa as determinações históricas da sociedade burguesa, constituindo-se assim como uma questão de princípios.

Tal importância consiste em se evitar a possibilidade de leituras que afirmem, por exemplo, que Marx toma o homem apenas como ser econômico, que projeta sua teoria a partir da redução do homem genérico ao homem econômico, quando esta é uma redução própria da realidade social burguesa. A interpretação aqui sugerida tem, por fim, a importância de evitar todo tipo de leituras que, sendo incapazes de compreender os contextos específicos das formulações marxianas à luz do conjunto de sua obra, tomam o que é contingente pelo que é de princípio e não compreendem a relação entre essas duas esferas.

Sem engano, uma dada interpretação que se pretenda consumir como leitura acertada deverá articular os dois lados das propostas marxianas sob seu princípio geral: partir da realidade mais imediata, identificar os principais problemas que afligem as classes trabalhadoras num momento específico; propor as reformas adequadas segundo sua viabilidade e eficiência com o objetivo preciso de organizar estas classes no seu movimento histórico, o qual busca levar a sociedade humana a uma etapa de seu desenvolvimento em que o homem pode ser resgatado enquanto "ser genérico dotado de uma quantidade de manifestações verdadeiramente humanas, como homem não-alienado".

Todas as propostas de Marx, inclusive as ligadas à educação, obedecem a essa dualidade e ao seu interesse último que é a emancipação humana.

Esta afirmação justifica-se com facilidade. Vejamos uma passagem de O Capital em que Marx cita uma resolução do Congresso da A.I.T., de Genebra de 1866, referente à limitação da jornada de trabalho, mostrando-se de acordo com a mesma: "consideramos a limitação do dia de trabalho uma condição preliminar sem a qual fracassarão necessariamente todos os outros esforços de emancipação. Propomos oito horas de trabalho como limite do dia de trabalho"⁴. Assim como essa, há inúmeras outras passagens que podem confirmar a tese segundo a qual há em Marx uma preocupação constante em, de um lado, não cair na armadilha de se encontrar preso ao imediatismo, em que todo esforço consiste apenas em dar respostas às questões cotidianas sem que se consiga formular nenhum projeto social alternativo e, de outro, sem cair no utopismo, ou seja, na tendência de

⁴ Marx, 1989: 343-4

formular projetos sociais desvinculados das circunstâncias históricas concretas – caso, por exemplo, dos socialistas utópicos, tão criticados pelo autor.

Os conceitos de politecnicidade e onilateralidade parecem expressar precisamente essa dupla face das propostas de Marx para a educação.

Politecnicidade e onilateralidade são dois conceitos distintos, que se excluem mutuamente, mas que, na proposta de Marx, se complementam. Enquanto a politecnicidade diz respeito a um tipo de formação do indivíduo trabalhador no âmbito da produção capitalista, a onilateralidade se refere à formação do homem mesmo, ou seja, do homem que se libertou das determinações da sociedade burguesa, a qual nega sua genericidade. Dessa forma, os dois conceitos se mostram bastante distintos: o primeiro, da formação politécnica, é limitado pois comporta apenas uma série de habilidades manipuladoras e conhecimentos técnicos úteis para a produção social, enquanto o segundo processo, da formação onilateral, representa uma formação ampla do homem mesmo enquanto ser livre que se constrói em relações livres.

Já é suficientemente conhecido como para Marx o desenvolvimento do homem, sua formação, se dá como resultado da relação dialética entre o homem e toda exterioridade com a qual se confronta. Daí impõe-se a tese marxiana segundo a qual os homens fazem as circunstâncias tanto quanto as circunstâncias fazem os homens, tese que ele aponta contra Feuerbach, para quem o mundo sensível não aparecia como atividade humana sensível, prática.⁵

Ora, mas qual a natureza das circunstâncias em que produzem e vivem as classes trabalhadoras na sociedade capitalista? Que tipo de formação é possível em tais circunstâncias?

Em linhas gerais, para Marx, no capitalismo a atividade produtiva é acentadamente marcada por um caráter alienado que nega o homem e o trabalho enquanto atividade de manifestação humana. Portanto, o homem que se apresenta como expressão das relações sociais burguesas é um homem alienado, tanto o que se apropria dos produtos do trabalho quanto o que deles é desapropriado, precisamente no sentido de que ambos estão sob a égide do capital, numa sociabilidade em que se impõe de maneira universalizante a forma mercadoria como forma de realização do trabalho e do intercâmbio entre os indivíduos.

Mas aqui, especificamente, interessam-nos os trabalhadores, a quem cabe a produção no seu sentido efetivo, a atividade prática, física, o trabalho manual destituído de qualquer fundamentação científica, o qual aqueles apenas executam, mas não conhecem seus fundamentos científicos nem a própria natureza da atividade como um todo.

⁵ 5^a. das Teses sobre Feuerbach, escritas em 1845 e publicadas postumamente apenas em 1926.

É claro ainda como Marx apreende o modo pelo qual na sociedade capitalista o trabalhador aparece não como homem, mas apenas como força produtiva e é reduzido a simples elemento do processo de produção de valor. Em tais circunstâncias, a formação desses indivíduos se apresenta extremamente problemática. Em *A Ideologia Alemã*, ao tratar desse processo de formação do homem através de sua relação com as circunstâncias em que vive, Marx afirma:

“Se as circunstâncias em que este indivíduo evolui só lhe permitem um desenvolvimento unilateral, de uma qualidade em detrimento de outras, se estas circunstâncias apenas lhe fornecem os elementos materiais e o tempo propício ao desenvolvimento desta única qualidade, este indivíduo só conseguirá alcançar um desenvolvimento unilateral e mutilado”.⁶

Então, se na sociedade capitalista os trabalhadores são exigidos apenas como executores de tarefas previamente elaboradas, como acessórios de máquinas, exercitando-se quase que exclusivamente na parte física, realizando tarefas específicas e limitadas, seu desenvolvimento será determinado fundamentalmente por sua atividade produtiva, justamente pelo fato de ser a atividade essencial de sua existência e por consumir praticamente todo seu tempo cotidiano. Muito embora, o desenvolvimento dos indivíduos deva-se à complexidade das relações cotidianas.

O CONCEITO DE POLITECNIA

A politecnia, em certa medida, é uma questão colocada pela própria produção capitalista, pela grande indústria, pois esta, ao contrário do processo de trabalho da manufatura, exige que o trabalhador possua determinadas aptidões que lhe possibilitem atuar diversamente nos diferentes ramos de produção atendendo assim as exigências do movimento de valorização do capital, o qual, para expandir-se precisa carregar consigo força de trabalho disponível.

As mutações dos processos de trabalho desde o artesanato até a grande indústria, contemporânea de Marx, segundo ele, formam um processo em que todas as mudanças significativas têm como objetivo exclusivo aumentar a produtividade do trabalho. Essas mudanças são o próprio cerne do desenvolvimento do capitalismo. Através delas procura-se produzir cada vez mais em espaços de tempo cada vez mais curtos. Assim, essas mudanças consistem, em linhas gerais, em parcelar o máximo possível um trabalho total determinado, dividindo-o em atividades específicas, cujo resultado só pode aparecer através da soma dessas atividades específicas, donde, por sua vez, surge o chamado trabalhador coletivo. Este, por seu turno, resulta exatamente da transformação desses trabalhos num só organismo, o que é de grande importância para esse estágio da produção capitalista. Por outro lado, consistem essas mudanças em tornar mais simples e específico cada

⁶ MARX e ENGELS, 1992: 28.

trabalho particular, exigindo do trabalhador apenas que domine sua tarefa específica, a qual, por sua vez, não requer nenhuma habilidade especial. Essas mudanças, naturalmente, agilizam enormemente o sistema produtivo, pois superaram o grande obstáculo da produção, até então, que era precisamente a exigência de trabalhadores hábeis para a realização dos ofícios. Anteriormente, os ofícios só poderiam ser realizados por quem os dominasse realmente, e esse domínio custava um longo aprendizado prático, de forma que a desqualificação dos trabalhadores se constituía em grande obstáculo para a produção social. Essas mudanças são colocadas já na passagem do artesanato para a manufatura, mas a natureza delas persiste em toda evolução dos processos de trabalho.

Com a grande indústria, a divisão manufatureira do trabalho é aprofundada e com a utilização crescente de maquinaria é aprofundada a separação entre trabalho manual e intelectual na qual os que realizam o primeiro são reduzidos a meros acessórios mecânicos das máquinas e os segundos, a tarefas unidimensionais de planejamento do trabalho. A transformação fundamental da passagem da manufatura para a grande indústria, no que diz respeito ao problema da formação dos trabalhadores, é exatamente que nessa última os trabalhadores não são utilizados eternamente numa só tarefa sem qualquer mobilidade, pois é necessidade do capital que os trabalhadores possuam condições de atuar em tarefas diversas para poderem atender as necessidades de expansão do capital. No livro I de *O Capital*, a respeito da grande indústria, Marx afirma que:

“... (Ela) revoluciona constantemente a divisão do trabalho dentro da sociedade e lança, ininterruptamente, massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção para outro. Exige, por sua natureza, variação de trabalho, isto é, fluidez das funções. Mobilidade do trabalhador em todos os sentidos. Entretanto, reproduzem em sua forma capitalista a velha divisão do trabalho com suas peculiaridades rígidas.”⁷

A partir daí é que afirmamos que em certa medida a politecnicidade é colocada, pela própria necessidade objetiva do capital, como exigência do seu movimento expansionista. A ressalva feita de que só em certa medida a politecnicidade aparece como necessidade da própria produção capitalista é devido à enorme diferença entre a concepção de ensino politécnico em Marx e como ela surge da exigência material do capital.

Marx reconhece na grande indústria a positividade de superar a divisão manufatureira do trabalho, como divisão estanque e cristalizada das tarefas específicas, assim como reconhece a superioridade da manufatura sobre o artesanato por tornar acessível o trabalho aos trabalhadores outrora considerados desqualificados, muito embora veja, nessas transformações todas, um processo

⁷ MARX: p.558.

gradativo de transformação do homem em simples elemento do processo produtivo, que elimina progressivamente o domínio do homem sobre seu trabalho.

“... a indústria moderna, com suas próprias catástrofes, torna questão de vida ou morte reconhecer como lei geral e social da produção a variação dos trabalhos e em conseqüência a maior versatilidade possível do trabalhador, e adaptar as condições à efetivação normal dessa lei. Torna questão de vida ou morte substituir a monstruosidade de uma população operária miserável, disponível, mantida em reserva para as necessidades flutuantes da exploração capitalista, pela disponibilidade absoluta do ser humano para as necessidades variáveis do trabalho; substituir o indivíduo parcial, mero fragmento humano que repete sempre uma operação parcial, pelo indivíduo integralmente desenvolvido para o qual as diferentes funções sociais não passariam de formas diferentes e sucessivas de sua atividade. As escolas politécnicas e agrônômicas são fatores desse processo de transformação que se desenvolveram espontaneamente na base da indústria moderna.”⁸

Com efeito, a politecnia, como formação técnica multifacetada voltada diretamente para o processo produtivo, é mesmo uma questão colocada pela própria realidade da produção burguesa. Mas qual a diferença entre a maneira como essa se coloca enquanto exigência da produção capitalista e a forma como Marx a propõe?

Em um trecho das *Conferências* de 1847, publicados sob o título de *Trabalho Assalariado e Capital*, Marx coloca que:

“O verdadeiro significado da educação, para os economistas filantropos, é a formação de cada operário no maior número possível de atividades industriais, de tal modo que, se é despedido de um trabalho pelo emprego de uma máquina, ou por uma mudança na divisão do trabalho, possa encontrar uma colocação o mais facilmente possível.”⁹

Nota-se nessa crítica de Marx que ele condena não só a concepção de educação politécnica - “formação no maior número possível de atividades industriais”- dos economistas filantropos, mas a própria redução em geral dos trabalhadores a uma mera formação técnica diversificada. Todavia, na formulação de Marx, a educação politécnica aparece apenas como mais um dos três elementos básicos de sua propostas educacional, compondo juntamente com os exercícios físicos e os conteúdos intelectuais uma proposta de conteúdo que, segundo ele, elevaria a classe operária acima das demais¹⁰. Marx critica, sobretudo, na proposta

⁸ MARX, 1989: 558-9.

⁹ MARX e ENGELS, 1992: 81.

¹⁰ “Esta combinação de trabalho produtivo pago com a educação intelectual, os exercícios corporais e a formação politécnica elevará as classes trabalhadoras acima dos níveis das classes burguesa e aristocrática.”(Idem: 60)

desses economistas, o interesse que subjaz à sua elaboração, que corresponde à concepção burguesa mesma do homem, segundo a qual, desde que este não seja proprietário de meios de produção, não passa de força de trabalho. A redução do homem a simples força de trabalho surge como uma condição natural, como parte mesma da natureza humana, como essência humana. Daí observa-se que a preocupação desses economistas chega, quando muito, a partir de seu espírito caridoso, a uma preocupação para com as possibilidades de emprego desses trabalhadores. Veremos mais adiante como a preocupação de Marx vai muito além dessa limitada concepção burguesa e procura atingir justamente o resgate do homem livre.

Enquanto o ponto de vista burguês defende a educação politécnica como meio de preparar mão-de-obra para que possa atender as exigências de expansão do capital ou, quando muito, como preocupação com o desemprego dos trabalhadores - o que não se resolve com esse tipo de medida - cuja condição de proprietários apenas de força de trabalho é para este ponto de vista uma condição natural, para Marx o ensino politécnico surge como meio para que os trabalhadores dominem os fundamentos científicos, teóricos e práticos dos diversos processos de trabalho. Este domínio, por sua vez, deve atuar contra a alienação da atividade do trabalho, muito embora por si só não a supere.

O ensino politécnico somado à ginástica e ao conteúdo intelectual deveria elevar as classes trabalhadoras acima das demais justamente porque combinaria duas dimensões importantes do processo de trabalho ausentes na formação dos filhos da burguesia, a dimensão intelectual e a dimensão prática. Tudo isso citado aparecendo como mediação importante para a emancipação dos trabalhadores justamente porque, para Marx, a condição destes na sociedade burguesa é uma condição histórica que pode ser superada.

Sobre a diferença entre esses dois pontos de vista, o burguês e o da emancipação dos trabalhadores, Marx afirma ainda no texto de 1869, que

“A formação politécnica, que foi defendida pelos escritores proletários, deve compensar os inconvenientes que se derivam da divisão do trabalho, que impedem o alcance do conhecimento profundo de seu ofício aos seus aprendizes. Neste ponto partiu-se sempre do que a burguesia entende por formação politécnica, o que produziu interpretações errôneas.”¹¹

Marx se refere ao projeto histórico do proletariado, que dá um conteúdo bem distinto do conteúdo burguês à proposta da formação politécnica. Esta formação, para os proletários, deve contribuir para que se limite o alcance da alienação da atividade do trabalho, a qual só se elimina eliminando ao mesmo tempo a alienação do produto, mas que pode ser minimizada com um maior domínio teórico e prático dos processos produtivos. Para a concepção burguesa, a formação politécnica surge

¹¹ MARX e ENGELS, 1992: 98.

como uma questão meramente instrumental de preparação de mão-de-obra para a produção.

O que se está defendendo sobre a proposta de politecnicia em Marx, a distinção entre este conceito e o conceito de onilateralidade, não é um consenso absoluto entre os comentadores, veremos mais adiante como há interpretações diversas sobre o problema.

Em Marx, uma vez mais, a educação politécnica não é senão parte de uma proposta de educação composta de três itens, os quais juntos possibilitam a elevação dos explorados acima das demais classes. Eis o princípio que fundamenta a preocupação marxiana a respeito da formação dos trabalhadores, e que tem como ponto de partida irrefutável as condições efetivas de existência desses trabalhadores: discutir possibilidades concretas de fazer frente à degradação do trabalho e favorecer a construção das classes trabalhadoras enquanto sujeito social potencialmente revolucionário - a base para isso está na proposta de união trabalho-ensino.

A politecnicia, portanto, está longe de formar o homem onilateral, pois ela está ligada a uma etapa da história da sociedade humana em que é ainda impossível o surgimento e a existência de um homem completo, antes da superação desta etapa histórica. A politecnicia pode ainda ser considerada distante da onilateralidade por ser uma formação que se atinge sem que seja necessário revolucionar o conjunto das relações sociais, mas apenas por determinado tipo de instrução. Com um determinado tipo de escola e instrução já se pode atingi-la, pois ela não se constrói a partir do conjunto das relações do todo da sociabilidade, justamente por ser um conteúdo limitado que diz respeito a questões específicas dos processos produtivos. Por fim, a politecnicia não é proposta exclusiva dos proletários, muito ao contrário, ela nasce da necessidade objetiva da moderna produção capitalista. A forma como é elaborada pelos proletários, no entanto, é extremamente distinta da elaboração burguesa, distinção que se faz pelas propostas mesmas, mas ainda mais pelos fins que se procura atingir.

O CONCEITO DE ONILATERALIDADE

O conceito de onilateralidade, por outro lado, diz respeito a uma formação completa do homem, que depende da ruptura com a sociabilidade burguesa e sua correspondente divisão do trabalho, com as relações que têm como fundamento a posse do valor-de-troca, com o antagonismo de classes, com a alienação, enfim. Tal formação depende da relação entre o homem e a natureza humanizada - ou seja, a natureza transformada pelo homem não-alienado - e das relações livres que os homens livres estabelecem entre si. A onilateralidade se mostra então como uma totalidade de determinações que só se efetivam numa sociabilidade livre, pois não é uma quantidade de informações técnicas e habilidades práticas referentes ao

processo produtivo capitalista, mas uma totalidade de manifestações humanas que, como tal, apenas se constrói na totalidade das relações estabelecidas pelos homens.

O trabalho como manifestação humana, como atividade não-alienada, é o fundamento para que se estabeleça uma relação positiva entre o homem e a natureza em que se torna possível a naturalização do homem e a humanização da natureza, condição na qual as relações entre os homens podem se apresentar como relações verdadeiramente humanas. Assim o processo de interiorização-exteriorização entre o homem e a natureza pode emergir como processo construtor do homem onilateral. No texto de 1844, Marx afirma que:

“... assim também a abolição positiva da propriedade privada, quer dizer a apropriação sensível da essência e da vida humana, do homem objetivo, das criações humanas para e através do homem, não deve considerar-se apenas no sentido do ter. O homem apropria-se do seu ser onilateral de uma maneira onicompreensiva, portanto, como homem total. Todas as relações humanas ao mundo - visão, audição, olfato, gosto, percepção, pensamento, observação, sensação, vontade, atividade, amor - em suma, todos os órgãos da sua individualidade, como também os órgãos que são diretamente comunais na forma, são ... a apropriação da realidade humana...”¹²

Assim se patenteia a abolição da propriedade privada, bem como toda a superação da sociabilidade burguesa, como condição material para a construção das possibilidades do surgimento do homem onilateral, o qual, como já foi colocado, apenas se construirá no seio de novas relações sociais. Daí a absoluta inviabilidade da onilateralidade no âmbito da sociabilidade burguesa, precisamente porque trata-se de um processo de formação que não diz respeito apenas a uma capacidade maior do indivíduo de realizar atividades complexas e diversas. Há inclusive uma certa confusão nesse sentido, por Marx se referir às vezes elogiosamente ao fato de a indústria moderna mesma colocar a questão da versatilidade no trabalho, especialmente quando ele se refere positivamente ao relojoeiro Watt, ao barbeiro Arkwright e ao artífice de ourivesaria Fulton por terem descoberto respectivamente a máquina a vapor, o tear e o navio a vapor e por terem sido homens de extrema competência inventiva (adiante retornaremos a esta questão). Ora, esse tipo de esforço individual sempre existiu na história da humanidade, em todas as épocas houve homens cuja competência ultrapassava a média de seu tempo, mas não é a isso que se refere o conceito de onilateralidade de Marx. Ele se refere sempre a uma totalidade de gostos, prazeres, aptidões, habilidades, valores etc. que serão propriedades da formação humana em geral, e não da genialidade de um indivíduo desenvolvido num certo sentido especial.

Em verdade, Marx não chegou a precisar o conteúdo da formação onilateral, mas refere-se a ela sempre como a ruptura com o homem limitado da sociedade

¹² MARX, 1989 (b): 197.

capitalista, como uma ruptura ampla e total, o que não significa que a sociedade de homens onilaterais seja uma sociedade de gênios mas, antes, de homens que se afirmam historicamente, que se reconhecem mutuamente e submetem as relações sociais a um controle coletivo, que superam a separação entre trabalho manual e intelectual e, especialmente, superam a mesquinhez, o individualismo e os preconceitos da vida burguesa. Nesse sentido, a onilateralidade seria uma ruptura nos níveis da moral, da ética, do fazer prático, da teoria, da afetividade, enfim, em todas as esferas da vida social.

Esse homem onilateral seria mais ou menos equivalente ao conceito de homem rico que Marx coloca ainda no texto de 1844: "O homem rico é ao mesmo tempo o homem que necessita de uma totalidade de manifestações humanas."¹³ Aqui Marx discute a riqueza humana a partir da capacidade de desenvolver necessidades, um homem é tanto mais rico quanto mais demanda manifestações humanas. Marx trabalha no texto de 1844 a relação necessidade e produção como forma da relação sujeito-objeto, estabelecendo uma relação dialética entre essas duas esferas. As necessidades surgem de relações objetivas concretas, elas são engendradas pelas relações objetivas ao mesmo tempo em que, de alguma forma, as configuram.

Em se tratando da sociabilidade burguesa, a necessidade que lhe é essencial é exatamente a necessidade da posse do valor-de-troca. Já na citação que estamos discutindo observa-se a riqueza do homem pela sua necessidade, a qual se ressent não da posse do dinheiro como meio de intercâmbio, de realização alienada, mas de uma totalidade de manifestações humanas. Necessidades não determinadas pelo caráter de mercadoria e de troca, segundo a dialética de Marx, só poderiam nascer e serem amplamente satisfeitas em relações não-burguesas, em relações que ultrapassem as relações do capital.

A superação da alienação como condição para a onilateralidade, é possível de ser demonstrada ainda através de outro trecho do mesmo escrito:

"Por outro lado, só quando a realidade objetiva se torna em toda parte para o homem na sociedade a realidade das faculdades humanas, a realidade humana, e deste modo a realidade de todas as suas faculdades humanas, é que todos os objetos se tornam para ele objetivação de si mesmo."¹⁴

Pois é na sua ação sobre o mundo que o homem se afirma como tal, no entanto ele precisa atuar como um todo sobre o real, com todas as suas faculdades humanas, todo seu potencial e não como ser fragmentado, pois só assim ele poderá encontrar-se objetivado como ser total diante de si mesmo.

Ainda com o objetivo de esclarecer um pouco mais o que seria esta onilateralidade para Marx, vale recobrar uma citação dos Grundrisse:

¹³ *Idem*: 202.

¹⁴ *Idem*,: 198.

“... a universalidade das necessidades, capacidades, gozos, forças produtivas, etc., dos indivíduos, criada no intercâmbio universal... o desenvolvimento pleno do domínio humano sobre as forças naturais, tanto as da assim chamada natureza como sobre sua própria natureza... a elaboração absoluta de suas disposições criadoras sem outro pressuposto que o desenvolvimento prévio, que converte em objetivo esta plenitude total do desenvolvimento, isto é, o desenvolvimento de todas as forças humanas enquanto tais, não medidas por um padrão preestabelecido... uma reelaboração na qual o homem não se reduz em seu caráter determinado, mas produz sua plenitude total.”¹⁵

Neste trecho evidencia-se a ligação íntima entre o conceito de onilateralidade e as novas relações emancipadas, uma universalidade que corresponde justamente ao conceito de onilateralidade.

A maneira como aqui estamos desenvolvendo o entendimento da relação entre politecnia e onilateralidade se assemelha mais à interpretação construída por M.A. Nogueira em *Educação, Saber e Produção em Marx e Engels* do que à interpretação de Manacorda, embora não tenha partido das colocações daquela autora, e até guarde algumas divergências com a mesma.

Manacorda não distingue claramente esses dois conceitos, mas até os confunde, quando resolve basear-se no comentário elogioso de Marx, dirigido a John Bellers, presente em *O Capital*. O elogio de Marx devia-se ao fato de ter aquele autor defendido, já desde os fins do século XVII, a superação da educação e da divisão do trabalho da época por considerar que formavam indivíduos limitados. Daí, Manacorda vai afirmar que:

“Eis aí um homem educado com doutrinas não ociosas, com ocupações não estúpidas, capaz de livrar-se da estreita esfera de um trabalho dividido. Trata-se do tipo de homem onilateral que Marx propõe, superior ao homem existente...”¹⁶

Ora, a onilateralidade proclamada por Marx não encontra par na sociabilidade burguesa, nem muito menos num estágio inferior desta. Todas as referências positivas feitas por Marx à versatilidade colocada pela produção capitalista ou a um gênio inventivo qualquer, não podem nunca ser tomadas como exemplo de formação de um homem onilateral pela simples razão de a onilateralidade representar uma totalidade de manifestações que não se restringe ao nível da competência científica, técnica ou prática etc, mas a uma infinidade de questões ligadas ao comportamento do homem, ao seu ser mesmo, cuja possibilidade apenas se apresenta na totalidade das novas relações determinadas pela posse coletiva dos meios de produção, pelas relações de intercâmbio baseadas na igualdade material sem ter como vínculo essencial o dinheiro etc. O homem

¹⁵ MARX, 1989 (c): 447-8.

¹⁶ MANACORDA, 1991: 82.

onilateral é uma construção da sociabilidade alternativa, ele expressa a totalidade de determinações não-alienadas, construídas no cotidiano da nova vida social, cujo fundamento é o trabalho social livre, o planejamento e a execução coletiva do trabalho, bem como a repartição justa dos produtos do trabalho, por isso é impossível uma correspondência entre ele e um indivíduo da sociedade burguesa mais evoluído que os demais, quanto mais a sua correspondência com um indivíduo de uma sociedade, por que não dizer, pré-burguesa.

A consideração de Manacorda não é um mero detalhe insignificante, mas se constitui num entendimento absolutamente impossível do conceito de onilateralidade segundo Marx, pois nega as premissas materiais da construção do homem onilateral - a criação de novas bases sociais que permitam o livre desenvolvimento das potencialidades humanas. Para Marx, a onilateralidade apenas é possível se tiver como premissa material o amplo desenvolvimento das forças produtivas e o estabelecimento do intercâmbio universal, o estabelecimento dos indivíduos universais, isto é, o desenvolvimento das relações de produção capitalistas até um nível em que se tornam insuportáveis; outra premissa fundamental da onilateralidade em Marx é que só através da ruptura com as relações burguesas e a construção da sociedade livre se torna possível o surgimento do homem onilateral, pois ele é resultado da totalidade das relações cotidianas não-alienadas.

Manacorda não afirma explícita e definitivamente a possibilidade da onilateralidade na sociabilidade burguesa, mas deixa, na sua análise, contrariamente ao que se vê em Marx, abertura para que aquela possibilidade seja cogitada. Sua interpretação parece permitida pelo método de investigação adotado, o qual prima pela análise da evolução das proposições marxianas em que ao se deparar com proposições nas quais Marx coloca a positividade da versatilidade da indústria moderna, ele as entende como referentes à onilateralidade.

Já M.A. Nogueira coloca-se de maneira bem mais parecida com a análise que vem se desenvolvendo aqui, por exemplo quando afirma que:

“...Para Marx, a educação politécnica não é utopia da criação de um indivíduo ideal, desenvolvido em todas as suas dimensões. Mas é antes, dialeticamente e ao mesmo tempo, uma virtualidade posta pelo desenvolvimento da produção capitalista e um dos fatores em jogo na luta política dos trabalhadores contra a divisão capitalista do trabalho...”¹⁷

A autora, embora não se referindo explicitamente ao conceito de onilateralidade, coloca a politécnia precisamente no âmbito da sociedade burguesa, inclusive como antídoto dos trabalhadores em sua luta política, contra os problemas causados pela divisão do trabalho, muito embora não distinga claramente entre o modelo de politécnia exigido pelo capital e a proposta de Marx.

¹⁷ NOGUEIRA, 1990: 129.

No interesse de traçarmos um paralelo entre os conceitos de politecnicidade e unilateralidade, a fim de destacar a diferença entre os conceitos, estes talvez tenham parecido conceitos absolutamente estranhos um ao outro e sem qualquer relação entre si, por isso talvez não tenhamos conseguido estabelecer devidamente a forma de sua unidade.

Todavia, foi colocado já no início que esses dois conceitos são distintos, mas são ao mesmo tempo complementares. A forma dessa complementação acompanha o próprio movimento contraditório da realidade da sociedade burguesa. Ora, o cerne da crítica da sociedade capitalista de Marx é justamente a descoberta da sua natureza contraditória e a identificação nela mesma das possibilidades de uma nova sociedade que se construiria a partir das velhas estruturas. Numa palavra, a construção da nova sociabilidade é um fato que começa na sociabilidade capitalista. Com efeito, também certas determinações do denominado homem novo devem ser forjadas ainda no seio da sociabilidade alienada. Segundo Marx, o proletariado é a força principal que luta contra o sistema de exploração da força de trabalho, contra o individualismo da vida burguesa, contra a moral hipócrita, pela liberdade, demonstrando um espírito solidário. No entendimento de Marx, o proletariado é, potencialmente, a força social que pode esboçar determinadas propriedades que se configuram numa certa forma embrionária das novas relações. Vejamos uma passagem em que Marx se detém um pouco mais sobre essa contradição, sem contudo cairmos numa visão ingênua de fazer elogios gratuitos ao proletariado:

“Quando os artesãos comunistas se unem, a doutrina, a propaganda, etc., constituem as finalidades imediatas. Mas, ao mesmo tempo criam uma nova necessidade, a necessidade da sociedade, e o que aparece como meio tornou-se fim. É possível contemplar este movimento prático nos seus mais brilhantes resultados, ao ver os agrupamentos de trabalhadores socialistas franceses. Fumar, beber, comer, etc., já não são simples meios para juntar as pessoas. A sociedade, a associação, o entretenimento, que de novo tem a sociedade como um objetivo, é o bastante para eles; a fraternidade dos homens não é uma frase vazia, mas uma realidade, e a nobreza da humanidade irradia sobre nós a partir das figuras endurecidas pelo trabalho.”¹⁸

É preciso observar esta colocação entusiasmada do autor como algo datado. No contexto em que Marx faz essa colocação, dentro das condições de vida e trabalho a que estavam submetidas as classes trabalhadoras, diante do embrutecimento da vida dos trabalhadores do século XVIII, encontrar esses elementos de socialização acima referidos, representa uma demonstração das possibilidades contraditórias de que temos falado.

¹⁸ MARX, 1989 (b): 215-6.

Não se trata de atribuir ao proletariado qualidades abstratas a partir do nada, mas de enfatizar que a positividade das novas relações pode expressar seus elementos dentro da sociabilidade estranhada. Segundo Marx, esses elementos contraditórios podem se apresentar de maneira embrionária no meio das associações dos proletários conscientes e socialistas. Marx não se refere aqui a uma genericidade inata ao proletariado, ele tece um comentário sobre um fato específico e real, qual seja, da possibilidade concreta de os indivíduos estabelecerem laços de solidariedade favorecidos justamente pelas suas condições de existência. A fraternidade não é um atributo natural do proletariado, mas uma propriedade possível de se materializar no interior mesmo das relações que os proletários socialistas estabelecem entre si. Para ele, o proletariado após alcançar um determinado estágio de consciência pode esboçar elementos embrionários das novas relações sociais precisamente por ser o sujeito social que vive de forma "privilegiada" as contradições sociais do sistema capitalista.

Portanto, politécnia e onilateralidade se encontram, pois a primeira é a formação dos trabalhadores no âmbito da sociedade capitalista que, unida aos outros elementos da proposta marxiana de educação, deve encontrar o caminho entre a existência alienada e a emancipação humana em que se constrói o homem onilateral.

BIBLIOGRAFIA

- DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA, Rio de Janeiro, Jorge Zahar editores, 1983.
- ENGUITA, M. F. Trabalho, Escola e Ideologia - Marx e a Crítica da Educação. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.
- FAUSTO, Ruy. Marx - Lógica e Política. 2a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987. t.1.
- MANACORDA, M.A. Marx e a Pedagogia Moderna. São Paulo, Cortez, 1991.
- MARX K. Trabalho Assalariado e Capital. São Paulo, Alfa-Omega, s.d. Vol. 1.
- _____. Mensagens do Comitê Central à Liga dos Comunistas. São Paulo, Alfa-Omega, s.d. Vol. 1.
- _____. As Lutas de Classes na França. De 1848. São Paulo, Alfa-Omega. s. d. Vol. 1.
- _____. O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte. São Paulo, Alfa-Omega, s.d. Vol. 1.
- _____. Crítica ao Programa de Gotha. São Paulo, Alfa-Omega, s.d. Vol. 1.
- _____. O Capital - Crítica da Economia Política. 13a. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, 6 vols.
- _____. Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844. Lisboa. Edições 70, 1989 (b).
- _____. Miséria da Filosofia. Lisboa, Editorial Estampa, 1978.
- _____. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

- _____. Grundrisse - Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política. 16a. ed., México D. F. Siglo vientiuno 1989 (c). 3 vols.
- MARX, K. e ENGELS, F. A Ideologia Alemã. cap. I Lisboa, edições Avante, 1981.
- _____. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo, Alfa-Omega, s.d., Vol. 1.
- _____. A Sagrada família. São Paulo, Moraes, 1987.
- _____. Textos Sobre Educação e Ensino. 2a. ed. São Paulo, Moraes, 1992.
- _____. Sobre la revolución de 1848-1849: Artículos de "Neue Rheinisch Zeitung". Editorial Progreso, 1981.
- _____. Sobre Literatura e Arte. 3a. ed. São Paulo, 1986. Global, 1986.
- MONDOLFO, R. Estudos Sobre Marx. São Paulo, ed. Mestre Jou, 1967.
- NOGUEIRA, M.A. Educação, Saber, produção em Marx e Engels. São Paulo, Cortez, 1990.
- SOUSA Jr, J de. Para um conceito marxiano de educação em Marx. In: Trabalho e Educação - Revista do NETE, ago/dez de 1997, n.2, p.137-54.
- SUCHODOLSKI, B. Teoria marxista da Educação. Lisboa, Editorial Estampa, 1976.